

A importância do ato de ler e escrever na produção e partilha dos conhecimentos

Mary Garcia Castro¹ 

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil.

*Autor de correspondência: castromg@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Ler
Escrever
Produção
Conhecimento

KEYWORDS:

Read
Write
Production
Knowledge

PALABRAS-CLAVE:

Leer
Escribir
Producción
Conocimiento

RESUMO

Esta peça decola de conferencia apresentada em 25 de março de 2023 no XIX Seminário do Dia Mundial de Combate à Discriminação Étnica, VIII Seminário do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade e o I Seminário do Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, no ODEERE - Órgão de Educação e Relações Étnicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié BA. Agradeço à Comissão Organizadora, o convite, a sugestão do tema para a conferencia, e a possibilidade de, ainda que virtualmente, estar no ODEERE e PPGREC, casas de saberes que me acolheram entre 2017 e 2018, em um pós doutorado, e que muito contribuíram para minha virada para uma perspectiva feminista decolonial e para estudos étnicos.

ABSTRACT

This piece takes off from a conference presented on March 25, 2023 at the XIX Seminar of the World Day to Combat Ethnic Discrimination, VIII Seminar of the Graduate Program in Ethnic Relations and Contemporaneity and the I Seminar of the National Day of Traditions of the Roots of Matrizes African and Candomblé Nations, at ODEERE - Education and Ethnic Relations Body of the State University of Southwest Bahia (UESB), Jequié BA campus. I thank the Organizing Committee (*), the invitation, the suggestion of the theme for the conference, and the possibility of, even if virtually, being at ODEERE and PPGREC, houses of knowledge that welcomed me between 2017 and 2018, in a postdoctoral, and which greatly contributed to my turn to a decolonial feminist perspective and to ethnic studies.

RESUMEN

Esta pieza parte de una conferencia presentada el 25 de marzo de 2023 en el XIX Seminario del Día Mundial de Lucha contra la Discriminación Étnica, VIII Seminario del Programa de Posgrado en Relaciones Étnicas y Contemporaneidad y el I Seminario del Día Nacional de las Tradiciones de Raíz de Matrizes de Naciones Africanas y Candomblé, en la ODEERE - Cuerpo de Educación y Relaciones Étnicas de la Universidad Estadual del Sudoeste de Bahia (UESB), campus Jequié BA. Agradezco al Comité Organizador (*), la invitación, la sugerencia del tema para la conferencia, y la posibilidad de estar, aunque sea virtualmente, en ODEERE y PPGREC, casas del saber que me acogieron entre 2017 y 2018, en una estancia posdoctoral. , y que contribuyó en gran medida a mi giro hacia una perspectiva feminista decolonial y hacia los estudios étnicos.

SUBMETIDO: 28 de abril de 2023 | **ACEITO:** 28 de abril de 2023 | **PUBLICADO:** 30 de abril de 2023

© ODEERE 2022. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Introdução

É comum nos manuais sobre letramento apresentar algumas ‘dicas’ para despertar o interesse de jovens pela leitura e por escrever, que são válidas repetir, mas que não são suficientes se no campo da etnicidade estamos interessados com grupos subalternizados, como algumas mulheres, negros e negras, povo LGBTQI+ e de religiões de matrizes africanas, entre outros, em decolonizar saberes. Em Castro (2022) já assinalávamos o que entendemos sobre tal perspectiva:

Decolonizar saberes é uma dimensão básica do pensamento crítico sobre colonialidade do poder -expressão de Aníbal Quijano (1991) e se orienta por crítica e projeto de transformação das formas de modelar conhecimentos, em especial, na universidade. Conhecimentos que na dialética saber/poder se orientam pela reprodução de legados impostos pelos colonizadores e atualizados por poderes imperiais, com marcas eurocêntricas e modelagem de modernidade assim construída, marginalizando saberes de povos originais, escravizados e subalternizados-lado perverso da ideologia na reprodução social.

Há uma reflexão yoruba que vaga nas entrelinhas dessa peça:

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça. “

Ora para que outra história seja contada, história para/de/com resistências, temos que dominar tanto a modelação do conhecimento que chega através da escola, dito euro/norte americano-cêntricos e o metaforicamente dito escolástico, como desenvolver formas próprias de crítica, o que pede embrenhar-se por saberes apócrifos, considerados sem autoridade canônica, como os de povos originais, escravizados, literatura sobre a África, o candomblé, a mulher, sexualidades não heterossexuais, entre outros. Muitos que se se traduzem em verbo no papel, mas que remetem a vivências, saberes de raiz e mais respeitar, como fonte de conhecimento, a oralidade.

Em um site sobre educação se lê¹:

Com o intuito de despertar seu interesse pela leitura, vejamos alguns motivos pelos quais você deva começar ou continuar a ler:

¹ <https://mundoeducacao.uol.com.br/redacao/dicas-para-melhorar-interpretacao-texto.htm>

1. Entendimento: uma boa leitura leva a pessoa ao entendimento de assuntos distintos; 2. Cultura: através da leitura temos possibilidade de ter contato com várias culturas diferentes; 3. Reflexivos: lendo, nos tornamos reflexivos, ou seja, formamos uma ideia própria; 4. Conhecimento: através da leitura falamos e escrevemos melhor; 5. Leitura dinâmica: quem lê muito, começa a refletir mais rápido. Logo, adquire mais agilidade na leitura; 6. Vocabulário: quem lê tem um repertório de vocábulos muito mais avançado; 7. Escrita: quem lê, se expressa bem por meio da escrita; 8. Diversão: quem lê é levado a lugares que não poderia ir 'com as próprias pernas'; 9. Informação: através da leitura ficamos informados sobre o que acontece no mundo e na nossa região.

No mesmo site uma citação de Paulo Freire também oportuna para o nosso tema:

[...] uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. [...]

Tais dicas são básicas e destaco a chamada de que há que mais ter a leitura e a escrita não como obrigações escolares impostas, mas diversões assumidas por alunos e professores, como viagens próprias e repartidas, coletivizadas, o que é quase impossível pela forma autoritária e competitiva da escola hoje, em seus vários níveis. Sem implosão da escola, muitas das bem intencionadas - sem ironia- 'dicas' antes resumidas, são vontades de difícil materialização.

De fato, quando escrevemos há que se perguntar: O que e para quem escrevo? Quais as normas acadêmicas para uma dissertação e tese? Mas, como quero me comunicar e com quem?

Digo que os manuais costumam das 'dicas' comuns, mas não suficientes se o nosso objetivo é compreender a dinâmica de grupos étnicos e a importância de decolonizar saberes para que outros, aqueles que nos empoderem contra dominações se façam vivos.

Volto então para outra reflexão Freyriana:

Não basta saber ler mecanicamente: 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho (Paulo Freire²).

² ROMERO, Flávio. **Paulo Freire**: esperar, sempre necessário! Disponível em: <<https://paraibaonline.com.br/colonistas/paulo-freire-esperancar-sempre-necessario/>>

Algo sobre a Escola, currículos e necessidade de mudanças³

Aprendemos que a modernidade chegou com a dita “descoberta das Américas” e que a colonização visaria acabar com o primitivismo, vestir os indígenas e cobrir “suas vergonhas”, ensinar o catecismo ao gentio, aos negros. Para que outras histórias sejam contadas se faz necessário questionar currículos e formas de organização das ciências sociais que nos chegam.

Cada vez mais vem se afirmando, inclusive entre perspectivas feministas não decoloniais, a importância de explorar a colonialidade do saber e conceitos e debates chaves do Grupo Modernidade/Colonialidade, como a importância de currículos que contem outra história da modernidade, crítica a ênfase na intrusão das Américas e afirmação da Europa como iluminada e “iluminável” ou a civilização. Como a Europa se torna irradiação da modernidade graças à colonização de Abya Ayala (América Latina para os povos originais andinos) e de etnicidades em terras africanas, o que se justificaria eticamente pela desumanização do outro, da outra, o de pele escura. Vem se reconhecendo o princípio básico do grupo, a centralidade do conceito de raça e por aí do binômio raça e classe, ao que as feministas decoloniais acrescentam gênero, questionando princípio básico do saber eurocêntrico, a universalidade e a importância de (re)acessar o autor, marginalizado inclusive pelas esquerdas, Carlos Mariategui e o que desenvolveu como “socialismo indigenista” (Quijano, 2000).

De fato, cabe à academia reconhecer que outro currículo em ciências sociais se faz urgente, é exigido pelos novos sujeitos que por cotas adentram a universidade no Brasil e que vem cada vez mais impondo voz própria, como as(os) negras(os), as mulheres e o povo LGBTQIA+, os as indígenas, os comuns nas quebradas, favelas e periferias, chamando atenção para saberes corporificados em experiências históricas, territorializadas, muitas pré-coloniais.

A antropóloga argentina Rita Segato (2018, entre outros) também contribuiu para a sedimentação de um feminismo decolonial e, traz singulares aportes para ciências sociais mais afins a uma modelagem que resgate saberes não

³ Nesta parte faço corte colagem de partes de outro texto meu pela pertinência ao debate em pauta sobre que saberes há que mais explorar para conhecimentos de resistência. Ver: CASTRO, Mary Garcia” Virada feminista e perspectivas decoloniais. notas-ensaio para outros currículos e práticas em ciências sociais”, In CASTRO, Mary Garcia (org) **Educação, gênero e decolonialidade do saber: esperando outros tempos**, Brasília, CADERNOS FLACSO n 20, março 22, p 32 -72.

acadêmicos e não dependentes da produção *made in USA* ou eurocêntrica e que inaugure outras práticas menos elitistas, inclusive nas relações entre professores e alunos. Produção, insisto, que há que conhecer também.

Insiste que a idealização de culturas originais como imutáveis se constituiria em um

culturalismo perverso [...] que no es otra cosa que fundamentalismo de la cultura política de nuestra época, inaugurado con la caída del muro de Berlín y la obsolescencia del debate marxista, cuando las identidades, ahora politizadas, se transformaron en el lenguaje de las disputas (SEGATO, 2007, p. 24, grifo da autora)²³.

E complementa, bem sugerindo a importância das ciências sociais que resgate o aporte crítico sobre a modernidade, a consideração de culturas étnicas (ver Castro 2018), um olhar sobre redes de comuns e por comuns, ou o que se refere como “cidadania étnica ou comunitária”, o que pede enfoque interdisciplinar e o que chama em vários trabalhos de “antropologia por escuta ou demanda”, que ao contrário da prática comum de empregar o empírico com formulações canônicas, relaciona o observado, o ouvido com o acumulado, inclusive por conhecimento acadêmico, mas tendo o empírico como condutor das reflexões teóricas.

Em “Brechas decoloniais para uma universidad nuestra latino-americana” (2018)., Segato decolando de sua experiência de cerca de 25 anos na Universidade de Brasília, em antropologia, onde muito militou pelas cotas raciais, sendo uma das pessoas pioneiras no país por tão importante virada, as cotas raciais nas universidades brasileiras. Autora com José Jorge de Carvalho, em 1999, da primeira proposta de uma política de cotas para as universidades brasileiras, Segato traz um relato crítico da universidade dos anos 90, considerada elitista, avessa à entrada de novos sujeitos como os negros, os indígenas e os homossexuais, orientada por privilegiar as línguas dos colonizadores, o português e o espanhol, e seu gênero de comunicação, a escritura, desprezando a oralidade e outras cosmovisões que não as das “civilizações ocidentais”. Universidade herdeira da razão iluminista, avessa à alteridade, a serviço da reprodução da classe dominante, apoiando implicitamente o mercado. Segato (2018) sublinha como eurocêntricos os seus currículos e práticas e o que classifica como “racismo da comunidade acadêmica” (p. 267). Também crítica que haveria mais relações entre as universidades do Sul, com as do Norte, que com as da América Latina e o

Caribe, principalmente no caso das universidades brasileiras.

Mas sugere que é possível democratizar a universidade, o que implica para Segato (2018, p. 268): *“volverla más humana, accesible, responsable por el bienestar colectivo y teatro de los debates que llevan a una conciencia teórico-política de la necesidad de transformaciones”*⁴.

Hoje tal retrato crítico que desenha Segato (2018) não se ajusta a todas as universidades públicas brasileiras e, por outro lado, difícil criticar as unidades de ensino sem destacar os tempos de barbárie em curso, por um governo federal, (o Bolsonarismo até 2022), avesso às ciências, que além de cortes de recursos vários, fez o possível para limitar a autonomia das universidades e mudanças nos órgãos de fomento.

Contudo, pertinentes hoje, considerando o estado da nação e das universidades, as recomendações de Segato (2018) para que se invista em brechas decoloniais para democratização das universidades, e o acento em direitos humanos modelado por escuta a demandas dos subalternizados e dos novos sujeitos que adentram cada vez mais às universidades, como os negros, as negras, os povos originais, pessoas LGBTQIA+ e de religiões de matrizes africanas, entre outros.

Mesmo com o lado positivo das cotas, por aumento da inclusão de povos antes marginalizados da educação, como discutem estudiosos, essas têm aplicação não acordante com as condições de vida dos “novos sujeitos”, comumente pobres e sem trajetória por escolas com similar qualidade educacional àquelas dos colegas “brancos e de classe média e média alta”. Por outro lado, não é incomum o preconceito que sofrem tais novos sujeitos no meio acadêmico, que tendem a, como reflete Segato (2018, p. 272), *“experimentarem una gran soledad em el médio académico”*⁵. Solidão que se amplia quando várias disciplinas mais se dedicam à história dos colonizadores, ou a uma estereotipada narrativa em que negros, negras e povo original são apresentados, tão somente como vitimizados e os não rotulados como heterossexuais tratados de

⁴ O trecho correspondente na tradução é: “fazê-la a mais humana possível, responsável pelo bem-estar coletivo e teatro de debates que estimulem uma consciência teórico-política sobre a necessidade de transformações”.

⁵ O trecho correspondente na tradução é: “experimentam uma grande solidão no meio acadêmico”.

forma paternalista, ou seja quando até por “boa intenção” se nega a humanidade dos historicamente desumanizados.

A partir de sua intensa luta pelas cotas, e para desvendar formas acadêmicas assumidas pelo racismo estrutural, Segato (2018, p. 280) sugere o que chama de quatro brechas decoloniais para uma democratização da educação, “fora de parâmetros eurocêntricos, colonial-moderno e liberal da ideia de democratização”, mas afim com uma outra história nossa, e os problemas do continente e via a linguagem dos direitos. Segato (2018, p. 280), assim indica quatro brechas para implodir as universidades, para sua democratização, a saber:

1. insistência no acesso à educação de qualidade e permanência dos novos sujeitos;

2. ter a educação em direitos humanos como “*parte indisociable de los contenidos de la misma*”⁶;

3. “*a la adhesión al pluralismo y el respeto a los derechos de los miembros de la comunidad académica, con sus diferencias, en las practicas institucionales de las escuelas y facultades*”²⁹;

4. “*al control social de los contenidos y métodos de la educación por parte de las comunidades que son su clientela, incluyendo siempre el estudio y la mantención de la memoria de las luchas y demandas colectivas que impulsan el proceso de democratización de la educación*”⁷.

Esse princípio, segundo a autora, deveria ser orientando por demandas e necessidades comunitárias e estimular a crítica ao mercado capitalista.

Segato considera que quando afrodescendentes, indígenas, membros de comunidades camponesas, e, acrescento, de comunidades periféricas urbanas, entram na universidade, não viriam só aprender, mas têm muito a ensinar, e defende uma antropologia por demanda e por escuta, ou seja uma pedagogia mais baseada em trocas e perspectiva crítica, e que tais trocas colaborem no

⁶ O trecho correspondente na tradução é: “parte indissociável dos conteúdos de tal tipo de educação”. ²⁹ O trecho correspondente na tradução é: “adesão ao pluralismo e ao respeito pelos direitos dos membros da comunidade acadêmica, com suas diferenças, nas práticas institucionais das escolas e faculdades”.

⁷ O trecho correspondente na tradução é: “ao controle social dos conteúdos e métodos de educação pelas comunidades que são sua clientela, sempre incluindo o estudo e manutenção da memória das lutas coletivas e demandas que impulsionam o processo de democratização da educação”.

planejamento curricular.

Outro componente de uma pedagogia decolonial, seria a combinação entre comunicação escrita e comunicação oral, respeitando também idiomas, formas de se expressar que chegam de uma população que adentra as universidades, espera aprender considerando conhecimentos acadêmicos acumulados, mas também quer respeito a hábitos, linguajares, inclusive ancestrais, ou seja “diferentes protocolos de produção enunciados” (SEGATO, 2018, p. 292).

É de Segato a ênfase em saberes para re-existência. Re-existência significa olhar o futuro, ativando-se os/as comuns para tanto, e considera que decolonizar saberes pede reler o passado, autores de tempos pré-coloniais para estimular projetos de outros futuros (Segato, 2016).

Exemplifico a seguir, a voo de pássaro uma ilustração de meus interesses hoje, em estudos comparados sobre maternidades, considerando que a estada no ODEERE me levou a ler o muito ler sobre etnicidade e sobre a produção de autoras africanas e afro diaspóricas.

A ideia é ilustrar a importância do ler e escrever como subversões da domesticação que somos submetidos nas nossas formas de estar, principalmente pela escola, e pelo hábito de reduzir nossa fonte de informações às novas mídias tecnológicas. Nada contra mais insuficientes para um saber de resistência e um saber de transformação. Ilustro a seguir a crítica de autoras afro diaspóricas à leitura sobre África não colonial por vários antropólogos europeus e norte-americanos. Ou seja, a contra leitura de leos àquelas contadas pelos caçadores/colonizadores.

Algo sobre leituras sobre África⁸

Estudos comparativos entre culturas colaboram para mais entender e ponderar sobre limites da matriz europeia/americana, considerando construtos que a informam, acessando debates, outros olhares, culturas, filosofias e cosmovisões.

⁸ Esta parte se remete a alguns trechos de CASTRO, Mary Garcia *Desencontros entre cosmovisões africanas (etnias Yorùbá e Igbo) e feminismos ocidentais sobre maternidade. Notas a partir de Ifi Amadiume e Oyèrónké Oyéwùmí!* In: CASTRO, Mary Garcia e FERNANDEZ, Raffaella (org.) **Saberes Decoloniais. Literatura e Outros Gêneros do Conhecimento na América Latina**, Rio de Janeiro, Ed Ape'Ku, 2022b, p. 237-266.

Em cosmovisões como das etnias africanas Yorùbá e Igbo, se a referência histórica são períodos pré-coloniais, a interseccionalidade matriz é entre ancestralidade, senioridade e poder da mãe, Essas são dimensões político culturais básicas, em conhecimentos/vivências que não privilegiam a aparência, o biológico, uma equivalência entre mãe e mulher e um sistema patriarcal absoluto que marginalize poderes femininos, como no conhecimento hegemônico ocidental.

Afastam-se naquelas referências étnicas, segundo as autoras Ifi Amadiume e Oyèrónké Oyéwùmí, de princípios caros que informam razões ocidentais sobre família e gênero, -minha área de estudo- como os da propriedade privada de coisas e seres, da família nuclear, da redução da mulher à esposa⁹, da razão dicotômica em pensar poderes e a separação entre razão lógica e a razão espiritual/ mágica. Em cosmovisões Yorùbá e Igbo se faz referência a sistema, negado em feminismos ocidentais brancos, como o matriarcado e a possibilidade de uma "matripotência", conceito proposto por Oyéwùmí(2015), sugerindo poder simbólico, material e espiritual, das mães, o que pede sair de uma razão objetiva, individualizada e transitar por razões, em especial espiritual/mágica, considerando marcos de transcendência, como mães não biológicas, não necessariamente mulheres, e referidas à coletividade. Inclusive os saberes africanos ao não se reduzirem ao visto, ao aparente, melhor serem referidos como cosmo percepções. Conhecimentos que chegam por vários sentidos, inclusive pela dança, o falar do corpo.

Ao enfatizar representações que priorizam processos que entrelaçam o sagrado e o secular e ao desassociar gênero de sexo biológico, filosofias de vida como a Yorùbá e a Igbo, de regiões africanas, informam outras perspectivas sobre

⁹ "Não é de se surpreender que a mulher que emerge do feminismo euro-americano é definida como uma esposa. De acordo com Miriam Johnson, 'a relação solidária adulta tende a ser a base no relacionamento conjugal ocidental e, como tal, faz com que a própria definição de mulher se torne a de esposa' (1988, 40). Porque raça e classe não são geralmente variáveis dentro de uma família, o feminismo branco que está preso à família nuclear não reconhece raça ou diferença de classe. Metodologicamente, a unidade de análise é a família nuclear, que interpreta as mulheres (brancas de classe-média) como esposas, porque esta é a única maneira que elas aparecem dentro da instituição. A extensão do universo feminista que aparece como tema, então, é a casa. O conceito de 'solipsismo branco' – 'a tendência de pensar, imaginar, e falar como se a brancura descrevesse o mundo' (Spelman 1988, 116) – tem sido oferecido como uma explicação para a falta de atenção à raça em muitas pesquisas feministas. No entanto, o problema também é uma percepção estruturada pela incapacidade de ver mesmo a casa como um lugar compelido e limitado, um entre muitos pontos a partir do qual apreciamos o mundo" (Oyéwùmí, 2000, p 1095).

maternidade que sugerem sua força para a reprodução social, em especial a que decola da socialização em valores e se orienta para coletividades. Insiste-se, que maternidade é referida a outros construtos básicos de tais culturas, como ancestralidade, senioridade e uma cosmo percepção que vai além do aparente.

Amadiume (2005) critica o debate eurocêntrico sobre parentesco que no século XIX, auge do período colonial, se orientaria por uma perspectiva dualista, opondo matriarcado e patriarcado, como sistemas que determinariam a estrutura social, de forma sucessiva. Assim o sistema de matriarcado na África, segundo visão europeia, teria sido substituído pelo sistema patriarcal, perspectiva que decolaria de estudos de jurisprudência e não por pesquisas históricas e antropológicas e análise de vida factual e conhecimento de línguas africanas como o yoruba. Por aquela metodologia, se negaria a importância do poder materno ('*motherhood*') nas relações de parentesco e na vida comunitária.

Tal poder, no período pré-colonial, configuraria destaque ao feminino na determinação de normas; transmissão de propriedade; reconhecimento de descendência; ordenação do lugar do homem nas relações sexuais e de casamento. Dimensões que segundo Diop (destacado historiador Africanista), passariam por várias mudanças com as invasões árabes-islâmicas e drásticas, baixo o 'imperialismo europeu' (Diop, 1989 cit. Amadiume, 2005).

Cheikh Anta Diop foi um historiador senegalês, com especialidade em história da África, considerado precursor da tese de que o matriarcado, bem como o poder das mulheres caracterizaria as sociedades africanas antigas, o que diferenciaria do ocorrido nas sociedades europeias, em que o patriarcado seria a norma. Diop tem estudos comparativos sobre 200 anos de história de países africanos e de países europeus, e foi muito crítico do que antropólogos europeus escreviam sobre grupos étnicos africanos.

Não se pode ler a África com a lógica do inglês ou do francês ou do alemão, inclusive com o vocabulário dessas. Amadiume defende que um dos problemas de algumas teorias sobre parentesco seria ter a mulher como objeto, uma propriedade individualizada que poderia ser manipulada, o que seria próprio da concepção europeia, e menciona a teoria do incesto que em Levy Strauss se basearia no rapto das mulheres. Tal cosmovisão, segundo ela, iria contra uma orientação coletivista sobre a mãe, própria do desenho africano, que passa

inclusive pelo uso fruto do acesso à terra e o eixo matriarcal tripartite: mãe, filha e filho.

Por exemplo, para ela o tabu do incesto seria mais apropriado para explicar o sistema patriarcado de trocas e propriedade das mulheres. A autora enfatiza que dados sobre a sociedade pré-colonial africana indicam que a unidade matricêntrica seria tanto uma unidade de produção como um constructo ideológico:

A estrutura matriarcal de parentesco, ou o triângulo matriarcal de poder foi reproduzido em reinos africanos como sistema tripartido de compartimento de poder. Os nomes das rainhas eram aclamados juntamente com os dos reis, na ocupação dos tronos. Diop se refere ao testemunho de Ibn Battuta sobre o Mali do século XIV quando os homens não recebiam o sobrenome do pai; mas tinham sua genealogia traçada através do tio materno; e a herança passada para os filhos da irmã, em detrimento dos filhos próprios (Amadiume, 2005, p 87).

Em que pese a apreciação pelos trabalhos de Diop, Amadiume critica que o historiador mais se tenha fixado na história de reis e rainhas e não em estudos de casos sobre vivências do povo. Pode-se dizer que Amadiume também critica a teoria de Diop a respeito dos berços do matriarcado e do patriarcado, os quais, para ele, formam dois sistemas irreduzíveis, orgânicos e coexistentes. A autora defende que a visão de Diop sugere uma imagem estática que não leva em consideração alguma dinamicidade social. Ela advoga, insiste-se, que os princípios do matriarcado e do patriarcado sempre conviveram e são sistemas que coexistem. Porém, assegura a irreduzibilidade de uma "unidade matricêntrica" como um fato social que é presente nas sociedades africanas. Amadiume se inclina pela tese de sistemas coexistentes, mesmo em períodos coloniais, de mudanças em regimes de parentesco, questionando uma rígida e antagônica separação entre uma formatação matriarcal e uma formatação patriarcal. Assim como Diop, a autora insiste que as mudanças em tais regimes mais que por conta de raça teriam sido causadas por pressões das condições materiais de vida.

Diferentemente dos europeus, Diop como africano, não teve nenhuma dificuldade em se referir a um 'regime matriarcal', Wendy James [antropóloga britânica], ao contrário, rejeitou a referência ao matriarcado, sugerindo uma visão alternativa, a matrilinearidade, mais focalizando cidadania, identidade, autoridade, status e laços de lealdade, em lugar de destacar estruturas de poder e por aí contradições e conflitos. Seguindo Evans Pritchard, ela concluiu que quando a referência é o status da mulher, se estaria lidando com uma 'questão moral' (AMADIUME, 2005, p 91).

Vários estudos etnográficos por diferentes antropólogos e em diferentes regiões na África são apresentados no artigo de Amadiume (2005) para fundamentar seus argumentos sobre “o reconhecimento cultural do paradigma do poder materno (*'motherhood'*), via a autonomia dessa unidade” (p 93); que tanto tal paradigma como o do patriarcado seriam construções socioculturais, não havendo base para considerar tão somente o patriarcado como o paradigma dominante em todos os tempos; e que a maior visibilidade e vigência do patriarcado se daria em tempos coloniais e pós coloniais (OYÉWÙMÍ 2005).

Recorre a outro autor da perspectiva decolonial latino-americana, à filósofa Maria Lugones (2011) quem inaugura o conceito de “colonialidade de gênero” para melhor entender como a ocupação colonial impôs um sistema de gênero diferente daquele em uso na Europa, que não se limitaria a diferenciações e hierarquias entre homens e mulheres brancos, mas também por marcas da combinação raça, gênero e classe, desumanizaria os e os não brancos/as.

Tais processos de classificação e opressão seriam estranhos na cultura Yorúbá anterior à ocupação colonial. Tendo tal tempo como referência, Oyéwùmí (2015) esclarece sobre como na cultura Yorúbà, senioridade e maternidade ordenariam *atributos sociais e morais*, a dinâmica de estruturas locais, independentes de referências biológicas-anatomia e genitália. Alerta, insisto, de que há problemas de traduções literais da linguagem Yorúbà quanto a sentidos. Por exemplo, as categorias *okùrin* e *obinrin*- comumente traduzidas como, respectivamente homem/o jovem/o menino e mulher/a jovem/a menina não indicariam hierarquias por gênero. Não haveria vocábulos para filho e filha em Yorúbà, em seu sistema de cosmo percepção/adivinhações – o *Ifá*¹⁰, consolidado por tradição oral, ponderando a importância desse referencial para o debate sobre a ordenação da cultura/sociedade em certo período histórico e as mudanças que lhe são introduzidas, inclusive com a colonização, como perspectiva de gênero e hierarquias:

Porquê o corpus do Ifá é produto da sociedade Yorúbà, é parte integrante da cultura e, assim seu conteúdo reflete o ethos Yorúbà, sendo importante fonte de saber sobre questões do cotidiano das pessoas e seus valores. É

¹⁰ Sugere-se consulta da publicação que estamos focalizando-Oyéwùmí (2015) -para detalhamento sobre a riqueza do *Ifá*, seus construtos e sentidos. Neste artigo mais focalizamos e de forma simplificada a construção da maternidade em tal cosmovisão.

também importante fonte histórica, pois reflete marcos de referência de uma sociedade em distintos tempos (Oyéwùmí 2015, p 32).

A autora comenta no livro citado (OYÉWÙMÍ 2015, p 35), vários trabalhos de africanistas que segundo ela impuseram enfoques de gênero por leituras próprias do *Ifá*, que ela considera questionáveis. Enfatiza que no *Ifá*, a divindade Òsun seria a única fonte de poder sobre a terra porque é a *Origem*, por ser Ìyá-, o *procriador*, com estatuto de senioridade em relação a outras deidades:

Quando as 17 *Irúnmolè* (divindades primordiais) vieram à terra, a diferença entre Òsun, a decima sete e o grupo das 16 é a mesma distinção entre Ìya e seus filhos [...] A singularidade de Òsun no grupo é que Òsun é Ìyá, o procriador [...] O grupo dos 16 aclamaram Òsun como a 'Mãe' [...] O poder do sol se funda no papel da divindade na procriação e como Ìyá. Òsun é a primordial Ìyá [...] Òsun era superior não só relativamente (pela idade) mas qualitativamente porque a divindade teria dado à luz a eles [...]

4. Fechando

Para esta peça sobre a importância de ler e escrever para compartilhar, não uso o termo “eurocêntrico” no sentido de condenar o pensamento que chega da Europa, mas para enfatizar o princípio epistemológico de ler, identificando a relação texto e contexto, assim como interesses e disputas.

Ilustro a importância de ampliar a agenda de leituras e currículos, e escritos, com referências a debates críticos dos autores africanos citados sobre a forma que vários antropólogos ocidentais escreveram sobre África, seguindo suas cosmo percepções, e lógicas e inclusive interesses de conquista, como de considerar a história de que as etnias africanas não eram civilizadas, como entendiam tal.

Note-se que Amadiume (2005) termina seu artigo:

defendendo análises voltadas aos mitos originais, às cosmo percepções vigentes antes da chegada dos colonizadores, um resgate de memória e identidade ancestral, importantes aos colonizados frente a identidades impostas. Daí sua insistência em discutir sistemas de parentesco considerando primeiros significados, os originais, antes das mudanças, inclusive para melhor entender essas (Castro 2022b, p 240).

Fecho, voltando com ao sábio pensar yoruba:

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça. “

Ao meu juízo cada pessoa que está em campo de conhecimento que se pauta por subversão de poderes, como o de estudos étnicos, feministas, sobre

classe e desigualdades e sobre sexualidades tem possibilidade de ser um leão ou uma leoa e vir a contar outra história e romper com a domesticação que nos impõe saberes colonizadores. Outras narrativas têm que chegar às escolas e sair das escolas.

Será que o Face, o Instagram, o Twitter e o Tik tok – aliás mídia que gosto muito, e tenho 81 anos- são suficientes para saberes decolonizados? São importante fonte de informações, como também de 'fake news', estereótipos e discriminações. Até para seu melhor uso e crítica é imprescindível a leitura ampliada de várias perspectivas em especial com a tônica que aqui se defende, saberes de resistência, para re-existências.

REFERÊNCIAS

AMADIUME, Ifi "Theorizing Matriarchy in Africa: Kinship Ideologies and Systems in Africa and Europe" In OYÈWÚMI, Oyèrónké (ed.). **African Gender Studies. A Reader**. New York, Palgrave Macmillan 2005, pp 83-98. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-137-09009-6_5

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson, e GROSGOUEL, Ramón (org.). Introdução. In **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**, Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2018, pp. 9-27.

CASTRO, Mary Garcia "Desencontros entre cosmovisões africanas (etnias Yorùbá e Igbo) e feminismos ocidentais sobre maternidade. Notas a partir de Ifi Amadiume e Oyèrónké Oyèwùmí" In: CASTRO, Mary Garcia e FERNANDEZ, Raffaella (org.) **Saberes Decoloniais. Literatura e Outros Gêneros do Conhecimento na América Latina**, Rio de Janeiro, Ed Ape'Ku, 2022, p. 237-266.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e etnicidade: conhecimentos de urgência em tempos de barbárie. **Revista Odeere**, USEB, v. 3, n. 6, p. 80-101, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v3i6.4239>

CASTRO, Mary Garcia" Virada feminista e perspectivas decoloniais. notas-ensaio para outros currículos e práticas em ciências sociais", In: CASTRO, Mary Garcia (org) **Educação, gênero e decolonialidade do saber: esperançando outros tempos**, Brasília CADERNOS FLACSO n 20, março 2022, p 32 -72

CASTRO, Mary Garcia e FERNANDEZ, Rafaella, Saberes **Decoloniais. Literatura e Outros Gêneros do Conhecimento na América Latina**, Rio de Janeiro, Ed Ape'Ku, 2022

DOVE, Nah Mulherisma Africana. Uma Teoria Afrocêntrica. In **Jornal de Estudos Negros**, Vol. 28, № 5, Maio de 1998 Sage Publications, Inc., 1998, pp 515-539

LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

LUGONES, Maria. Methodological Notes toward a Decolonial Feminism. In ISASI-DAZ, Ada Mara e MENDIETA, Eduardo **Decolonizing Epistemologies: Latina/O Theology and Philosophy** (eds). Fordham University Press, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5422/fordham/9780823241354.003.0004>

OYÈWÚMI, Oyèronké. **What Gender is Motherhood: Changing Yorùbá Ideas on Power, Procreation, and Identity in the Age Of Modernity**. New York, Palgrave Macmillan, 2015

OYÈWÚMÍ, Oyèrónké (ed.). **African Gender Studies. A Reader**. New York, Palgrave Macmillan 2005

OYÈWÚMI, Oyèronké. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. *SIGNS*, Vol. 25, NO. 4, **Feminisms At A Millennium** (Summer, 2000), pp. 1093-1098. DOI: <https://doi.org/10.1086/495526>

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. In BONILLA, Heraclio (org.) **Los Conquistadores 1942 y La Población Indígena de las Américas**. Edicione Libri Mundi, 1991, pp 438 – 447

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2000. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv1gm019g.31>

SEGATO, Rita Laura. Brechas Decoloniales para una Universidad Nuestra Latino Americana. In: SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018. p. 267-293.

SEGATO, Rita Laura. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderky; GÓMEZ CORREAL, D.; OCHOA MUÑOZ, K. (Eds.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 75-91.

SEGATO, Rita Laura. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial". En BIDA SECA, Karina (co-comp.) **Feminismos y Poscolonialidad. Descolonizando El Feminismo desde y en América LATINA**, Buenos Aires, Ed. GODOT, 2011.

SEGATO, Rita Laura. La norma y el sexo: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad In BIDA SECA, Karina (comp.) **Feminismos y Poscolonialidad 2**. Buenos Aires, EGodot, 2016. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv2v88cmx.5>

ⁱ Comissão Organizadora (Profa. Dra. Marise de Santana – Coordenadora dos cursos de Pós-Graduação *Lato sensu*; Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza – Coordenador Institucional do ODEERE; Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade; Profa. Dra. Ana Angélica Leal Barbosa – Coordenadora de Extensão; Prof. Dr. Natalino Perovano Filho – Editor chefe da Revista ODEERE; Profa. Dra. Maria Vitória da Silva e Profa. Doutoranda Hellen Mabel Santana Silva – Coordenadoras de Pós-Graduação *Lato Sensu* em "Etnicidade, Educação e Decolonialidade).